

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 26509302/2025 - SDE.UDR**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO****1.1 Objeto da contratação:**

Credenciamento de empresas para prestação de serviços com retroescavadeira, trator de esteiras, escavadeira hidráulica e mini escavadeira hidráulica para a realização de serviços junto às propriedades rurais do município de Joinville.

1.2 Especificações técnicas:

ITEM	DENOMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
01	Prestação de Serviço com Retroescavadeira	Hora	252,62
02	Prestação de Serviço com Trator de Esteira	Hora	360,89
03	Prestação de Serviço com Escavadeira hidráulica	Hora	409,69
04	Prestação de Serviço com Mini-escavadeira hidráulica	Hora	252,62

1.2.1 - Parâmetro utilizado para o cálculo do valor, conforme Anexo III da Lei nº 9.440 de 15 de agosto de 2023 0017991900, a UPM de junho de 2025 no valor de R\$ 410,10 como segue:

1.2.2 - Item 01 Retroescavadeira 0,616 UPM Junho de 2025

1.2.3 - Item 02 Trator de Esteiras 0,880 UPM Junho de 2025

1.2.4 - Item 03 Escavadeira Hidráulica 0,999 UPM Junho de 2025

1.2.5 - Item 04 Mini Escavadeira Hidráulica 0,616 UPM junho de 2025

1.3 - Descrição dos equipamentos por item:**1.3.1 - Item 01 - Prestação de Serviço com Retroescavadeira:**

1.3.1.1 - Equipamento com no máximo de 10 (dez) anos de fabricação;

1.3.1.2 - Fornecimento de combustível, e 01(um) Motorista/Operador;

1.3.1.3 - Equipamento com peso entre 5.5 a 7.5 toneladas;

1.3.1.4 - Equipamento com 01 (uma) concha original;

1.3.1.5 - Equipamento com 01 (uma) concha cônica;

1.3.1.6 - Equipamento com 01 (uma) concha de limpeza;

1.3.1.7 - Equipamento com pá carregadeira;

1.3.1.8 - Equipamento com cabine fechada;

1.3.1.9 - Equipamento com tração 4x4 (tração dupla);

1.3.1.10 - Equipamento com estabilizador e sapata larga;

1.3.1.11 - Estimativa de trabalho: conforme demanda;

1.3.1.12 - O CREDENCIADO deverá fornecer o transporte necessário para o equipamento, bem como, se responsabilizar pelo ônus do mesmo;

1.3.1.13 - Os pneus devem atender a Resolução n.º 558/80 do CONTRAN e demais normas vigentes.

1.3.2 - Item 02 - Prestação de Serviço com Trator de Esteira:

1.3.2.1 - Equipamento com no máximo de 10 (dez) anos de fabricação;

1.3.2.2 - Fornecimento de combustível e 01(um) Motorista/Operador;

1.3.2.3 - Equipamento com peso entre 13 e 14 toneladas;

1.3.2.4 - Estimativa de trabalho: conforme demanda;

1.3.2.5 - Equipamento com esteiras com sapatas de largura entre 0,50 a 0,57 metros;

1.3.2.6 - Equipamento com lâmina entre 3,00 a 3,40 metros;

1.3.2.7 - O CREDENCIADO deverá fornecer o transporte necessário para o equipamento, bem como, se

responsabilizar pelo ônus do mesmo.

1.3.3 - Item 03 - Prestação de Serviço com Escavadeira Hidráulica:

1.3.3.1 - Equipamento com máximo de 10 (dez) anos de fabricação;

1.3.3.2 - Fornecimento de combustível, operador e transporte;

1.3.3.3 - Equipamento com peso entre 12,5 a 15 toneladas;

1.3.3.4 - Equipamento com alcance máximo ao nível do solo de 8,00 à 9,00 metros;

1.3.3.5 - Equipamento com profundidade máxima de escavação de 5,00 à 6,50 metros;

1.3.3.6 - Equipamento com largura de sapata (esteira) de 600 à 770mm;

1.3.3.7 - Equipamento com 01 (uma) concha original;

1.3.3.8 - Equipamento com 01 (uma) concha cônica;

1.3.3.9 - Equipamento com 01 (uma) concha limpeza;

1.3.3.10 - Equipamento com potência mínima 90 HP;

1.3.3.11 - Estimativa de trabalho: conforme demanda;

1.3.3.12 - O CREDENCIADO deverá fornecer o transporte necessário para o equipamento, bem como se responsabilizar pelos ônus do mesmo;

1.3.4 - Item 04 - Prestação de Serviço com Mini escavadeira Hidráulica:

1.3.4.1 - Equipamento com máximo de 10 (dez) anos de fabricação;

1.3.4.2 - Fornecimento de combustível, operador e transporte;

1.3.4.3 - Cabine fechada com ar condicionado

1.3.4.4 - Bomba de auto abastecimento;

1.3.4.5 - Equipamento com peso entre 7,5 a 8,7 toneladas;

1.3.4.6 - Equipamento com 01 (uma) concha original;

1.3.4.7 - Equipamento com 01 (uma) concha Cônica;

1.3.4.8 - Equipamento com 01 (uma) concha Limpeza;

1.3.4.9 - Estimativa de trabalho: conforme demanda;

1.3.4.10 - O CREDENCIADO deverá fornecer o transporte necessário para o equipamento, bem como se responsabilizar pelos ônus do mesmo.

1.4 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns;

1.5 - A presente contratação será um serviço contínuo, pelo que a execução será de 12 (doze) meses, prorrogáveis, observados o artigo 107 da Lei 14.133/2021;

1.6 - O prazo de vigência será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

1.7 - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao agricultor beneficiado a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, conforme previsto no Art.10 da Lei nº 9.440 de 15 de agosto de 2023 e Art. 10 do Decreto nº 57.681 de 24 de novembro de 2023 bem como o CREDENCIADO deverá respeitar a legislação ambiental.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 0024434338 que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras;

2.2. A contratação encontra amparo na Lei nº 9.266 de setembro de 2022 (0014158821), que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville -Processo 22.0.296842-8.

2.3. Diante do exposto a contratação está prevista no Plano Anual de Ações desta Secretaria para o ano de 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução, como um todo, se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI 0024434338 e a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação, mediante Credenciamento, de empresas para a prestação de serviços com retroescavadeira, trator de esteiras, escavadeira hidráulica e mini escavadeira hidráulica para a realização de serviços junto às propriedades rurais do município de Joinville.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 - Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução;

4.1.1 - Ambas as partes deverão promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;

4.1.2 - Quando cabível, O CREDENCIADO deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

Subcontratação:

4.2. - Não é admitida a subcontratação do objeto.

Garantia da contratação:

4.3 - O CREDENCIADO deverá fornecer garantia mínima para o(s) serviço(s), de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Vistoria:

4.4 - A proponente deverá apresentar o(s) equipamento(s) para vistoria, em dia e hora agendados, a ser realizada no endereço Rodovia SC 418, 271 (km 0) Bairro: Pirabeiraba, pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - Unidade de Desenvolvimento Rural para a verificação do atendimento das especificações constantes neste Termo de Referência;

4.4.1 - A avaliação da adequação do(s) equipamento(s) será realizada de acordo com os critérios listados nas fichas de vistorias 0021754789, 0020412206, 0021908547 e 0021908706;

4.4.2 - O prazo de agendamento da realização da vistoria, não será inferior a 05 (cinco) dias úteis e nem superior a 10 (dez) úteis;

4.4.3 - No dia da apresentação, a proponente deverá entregar para conferência o documento original do equipamento, bem como, entregar uma cópia deste para ser juntada ao processo;

4.4.4 - O documento do equipamento deverá estar em nome da proponente ou do seu proprietário, mediante a apresentação do Contrato Social;

4.4.5 - Será reprovada a proponente que apresentar o equipamento fora das especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, ou fora de condições de uso conforme critérios avaliados na vistoria;

4.4.6 - Será oportunizado a proponente, a reapresentação do equipamento reprovado no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após a realização da vistoria, para as adequações apontadas pelos responsáveis nos laudos da vistoria. Caso persistam os problemas apontados na primeira vistoria, o equipamento não será aceito;

4.4.7 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas neste Termo de Referência, bem como, o(s) equipamento(s) atendendo os critérios listados nas fichas de vistoria, o(s) equipamento(s) será(ão) aprovado(s);

4.4.8 - A não apresentação do(s) equipamento(s) para vistoria caracterizará desistência do credenciamento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Condições de Execução:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 - O CREDENCIADO deverá iniciar a prestação de serviços, em todos os seus termos, em até 05 (Cinco) dias úteis após o recebimento das Ordens de Serviços e executar sucessivamente todas as Ordens de Serviços emitidas pela CREDENCIANTE por escrito;

5.1.2 - Em caso de imprevistos devido às condições climáticas ou algum tipo de impedimento nas propriedades dos agricultores, que atrapalhem a execução das Ordens de Serviços, estes deverão ser comunicados e justificados ao CREDENCIANTE;

5.1.3 - Não poderão ser cobrados pelo CREDENCIADO dos beneficiados qualquer valor ou acréscimo pelos serviços prestados autorizados pela CREDENCIANTE. Caso o beneficiado queira contratar alguma prestação de serviço que exceda o autorizado este deverá ser tratado diretamente com o CREDENCIADO de maneira particular;

5.1.4 - O valor da hora fixado neste Termo de Referência terá correção anual pela UPM do mês de Junho;

5.1.5 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

5.2 - Do Sistema de rodízio:

5.2.1 - Havendo mais de um CREDENCIADO por item, a prestação dos serviços ocorrerá em sistema de rodízio;

5.2.2 - O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro CREDENCIADO, o primeiro a prestar os serviços e assim sucessivamente;

5.2.3 - Caso ocorra a homologação de mais de uma credenciada na mesma data, estes serão ordenados cronologicamente daquela que primeiro apresentou os documentos, considerando a data/hora registrada no envio do e-mail;

5.2.4 - O rodízio das Ordens de Serviços entre os credenciados serão definidas em reunião pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Termos de Credenciamento mediante a demanda originada das inscrições dos agricultores, através de Edital lançado anualmente, com critérios quanto ao tipo de equipamento demandado e a localização da propriedade, distribuindo as Ordens de Serviços de maneira igualitária aos credenciados por item;

5.2.5 - Os novos credenciados passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que os demais credenciados já tenham prestado serviço alguma vez;

5.2.6 - O CREDENCIADO, após negar por três vezes a Prestação de Serviço, sem justificativa plausível, será descredenciado pela CREDENCIANTE.

5.3 - Local e horário da prestação dos serviços:

5.3.1 - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) na área de abrangência da área rural de Joinville, excepcionalmente em outras regiões do município, conforme necessidade da CREDENCIANTE;

5.3.2 - Os serviços serão prestados nos seguintes horários: De segunda a sexta-feira, entre 7h às 17h, com intervalo de 1 hora de almoço, definido pelo CREDENCIADO, conforme demanda da CREDENCIANTE;

5.3.3 - O CREDENCIADO poderá prestar os serviços fora do horário estipulado no item 5.3.2 desde que autorizado pelo agricultor beneficiado com a Ordem de Serviço emitida por esta Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - Unidade de Desenvolvimento Rural.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pelo CREDENCIADO de todas as condições contratuais;

6.1.2 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Termo de Credenciamento;

6.2 Define-se como forma de comunicação com o CREDENCIADO a formal, nos termos do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3. Após a assinatura do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CREDENCIADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações do termo de credenciamento, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CREDENCIADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.4. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;

6.5. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.6 - Gestor do Contrato:

6.6.1 - A gestão do termo de credenciamento será realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, sendo a mesma responsável pela fiscalização.

6.7 - Obrigações do CREDENCIADO específicas do objeto:

6.7.1 - Substituir no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após notificada, o(s) serviço(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com este Termo de Referência, sem ônus para o CREDENCIANTE;

6.7.2 - Será de responsabilidade do CREDENCIADO todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

6.7.2.1 - O CREDENCIADO deverá arcar, sem ônus para o CREDENCIANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, pregos, parafusos, fitas e outros necessários à execução dos serviços;

6.7.2.2 - Fornecer peças, pneus, material de desgaste, combustível e lubrificantes e quaisquer outros custos relativos para execução dos serviços;

6.7.2.3 - Obedecer as normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, para o tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

6.7.2.4 - Manter durante toda a execução do termo de credenciamento, às suas expensas, a regularidade tributária e demais exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para o condutor e veículos e suas alterações posteriores;

6.7.2.3 - O CREDENCIADO terá responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de credenciamento, nos termos do Art. 121 da Lei 14.133/2021;

6.7.2.4 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado;

6.7.2.5 - Comunicar a CREDENCIANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do termo de credenciamento;

6.7.2.6 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

6.7.2.7 - Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir;

6.7.2.8 - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental vigente conforme previsto no artigo 10 da Lei Municipal nº 9.440 de 15 de agosto de 2023 e no artigo 10 do Decreto nº 57.681 de 24 de novembro de 2023;

6.7.2.9 - A obrigação do CREDENCIADO será regida na forma da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e da Lei 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro);

6.7.2.10 - O(S) equipamento(s) será(ão) requisitado(s) por meio de Ordem de Serviço, emitida pelo

CREDENCIANTE;

6.7.2.11 - O CREDENCIADO deverá fornecer todos os dados dos equipamentos que serão disponibilizados para prestação de serviço, que deverão ser conferidos e ratificados no ato da entrega pela CREDENCIANTE, certificados e aprovados pela vistoria;

6.7.2.12 - Manter o equipamento em estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;

6.7.2.13 - O CREDENCIADO deverá atentar quanto às disposições constantes da NR-12 (Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos);

6.7.2.14 - Fornecer operador, combustível e demais insumos necessários para garantir a execução dos serviços;

6.7.2.15 - O CREDENCIADO deverá informar por escrito ao CREDENCIANTE, no máximo com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, quando houver necessidade de realizar manutenção no equipamento contratado;

6.7.2.16 - O CREDENCIADO responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva, observando o prazo de 24:00 horas para a manutenção dos mesmos. Caso a Manutenção ultrapasse as 24:00 horas, a contratada deverá substituir os mesmos, dentro das características técnicas contidas neste instrumento, de modo a garantir a continuidade dos serviços;

6.7.2.17 - Repor o equipamento em até 24 (vinte e quatro) horas após qualquer sinistro;

6.7.2.18- Apresentar laudo técnico que garanta as condições de funcionalidade, operacionalidade e segurança, emitido por órgão legalmente habilitado pelo DETRAN-SC;

6.7.2.19 - Havendo a necessidade da substituição do equipamento, deverá ser submetida à aprovação do CREDENCIANTE e submetido à vistoria, sendo que o novo equipamento deverá atender a todas as especificações conforme Termo de Referência, especialmente quanto aos itens 1.3.1.1, 1.3.2.1, 1.3.3.1 e 1.3.4.1 ou seja, possuir máximo de 10 (dez) anos de fabricação, no ato da vistoria;

6.7.2.20 - Manter o(s) equipamento(s) seguro contra acidentes, fogo e danos perante terceiros;

6.7.2.21 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

6.7.2.22- Preencher diariamente o controle de bordo de serviço com informações pertinentes ao serviço prestado: horário de início e término, local de execução, eventualidades (problemas no equipamento/manutenção), assinatura do agricultor ao final da prestação de serviço, assinatura e carimbo do representante do CREDENCIANTE que acompanhou o serviço;

6.7.2.23 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até o local dos serviços, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar.

6.8 - Obrigações da CREDENCIANTE específicas do objeto:

6.8.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

6.8.2 - Notificar o CREDENCIADO quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.8.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CREDENCIADO, quando necessário;

6.8.4 - Comunicar formalmente ao CREDENCIADO qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do produto, determinando o que for necessário à sua regularização;

6.8.5 - Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o serviços executados pelo CREDENCIADO;

6.8.6 - Nomear comissão para acompanhamento e fiscalização das obrigações do CREDENCIADO, conforme presente Termo de Referência;

6.8.7 - Emitir Ordem de Serviço e receber o equipamento, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência;

6.8.8 - Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Termo de Referência e demais legislações vigentes;

6.8.9 - Verificar, minuciosamente, o cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Termo de Referência;

6.8.10 - O CREDENCIANTE fará a fiscalização do Termo de credenciamento e as medições mensais deverão ser realizadas de acordo com o total de serviço executado pelo CREDENCIADO, assim que solicitado pelo CREDENCIANTE através do controle de bordo diário do serviço executado e confeccionado pelo CREDENCIADO;

6.8.11 - Conferir, vistoriar e aprovar o equipamento disponibilizado pelo CREDENCIADO, conforme fichas de vistoria SEI Nº 0021754789, 0020412206, 0021908547 e 0021908706;

6.8.12 - Comunicar ao preposto ou representante legal do CREDENCIADO, para que esta tome as devidas providências, nos casos em que seja constatado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conduta imprópria, negligência ou incapacidade técnica de funcionário do CREDENCIADO, ou seja, que embarace e/ou dificulte a ação da fiscalização ou cuja presença seja prejudicial ao andamento dos trabalhos;

6.8.13 - Encaminhar a Nota Fiscal do CREDENCIADO, via processo SEI (Gestão - Certificação de Documento Fiscal), para Secretaria da Fazenda para efetuação de pagamento;

6.8.14 - O CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CREDENCIADO com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente termo de credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CREDENCIADO e de seus empregados, prepostos ou subordinado.

6.9 - Das sanções:

6.9.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento dos serviços (ou) parcialmente, de acordo com as medições;

7.2 Os serviços serão recebidos:

- a) Definitivamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após o recebimento dos documentos comprobatórios da execução dos serviços nas propriedades atendidas conforme Ordens de Serviços emitidas;
- b) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 7.2 "a" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade do CREDENCIANTE pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

7.3. O prazo para a solução, pelo CREDENCIADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.4 O pagamento será por serviço prestado, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência;

7.5 Para fins de pagamento, o CREDENCIADO deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade do CREDENCIADO nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento:

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CREDENCIAMENTO;

8.2 - Elencamos como critério de aceitabilidade a disponibilidade dos equipamentos conforme o Item 1.3 - Descrição dos equipamentos por item, do presente Termo de Referência mediante Vistoria da CREDENCIANTE;

8.3 - Da participação de consórcio:

8.3.1 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Os valores estimados para este credenciamento, conforme Lei nº 9.440, Art.4º I, ficam limitados ao volume fixado no orçamento específico para o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Joinville;

9.2 - Devido ao histórico decorrido do Edital de Chamada Pública nº 02/2022, para as inscrições de 02/01/2023 a 30/11/2023, estima-se para o ano de 2025 o valor reservado no orçamento desta Unidade de Desenvolvimento Rural no montante de R\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária da unidade participante;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Credenciamento" que fará parte do presente processo;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023;

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o termo de contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital;

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Francisco Schwarz, Gerente**, em 26/08/2025, às 09:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **William Escher, Secretário (a)**, em 27/08/2025, às 12:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26509302** e o código CRC **5ACF28A1**.

